

# Empoderamento de mulheres no sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Marabá (PA)<sup>1</sup>

*Empowerment of the women of the rural workers union (men and women) from Marabá (PA)*

Luciana Moreira dos Reis<sup>2</sup>  
Gutemberg Armando Diniz Guerra<sup>3</sup>

## Resumo

O objetivo do artigo foi analisar o processo de empoderamento das mulheres dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá. Para essa pesquisa, o empoderamento foi considerado como ampliação do poder, nas dimensões econômica, pessoal, social e política. A pesquisa trata de estudo de caso do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá (PA), com abordagem qualitativa. A metodologia abrangeu pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. A coleta de dados ocorreu através de: a) pesquisa documental no acervo do sindicato pesquisado e no acervo da Comissão Pastoral da Terra; b) pesquisa de campo, através de entrevista não-diretiva com 18 pessoas, sendo 11 mulheres e 07 homens. Com o desenvolvimento da pesquisa, identificamos que as mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Marabá participaram de lutas e, embora obtivessem conquistas, foram vítimas de discriminação e violência doméstica no âmbito e decorrer da militância sindical. Isso é reflexo do caráter processual do empoderamento, sendo esse processo complexo e marcado por contradições, avanços e recuos. O combate à violência doméstica foi um dos indicadores de empoderamento mais citados nas entrevistas realizadas. O principal desafio das mulheres é continuar lutando, através de uma agenda permanente, para superar a violência doméstica e a discriminação, garantindo que prevaleça um trabalho de parceria e respeito entre as mulheres e homens do sindicato pesquisado.

**Palavras-chave:** Mulheres. Empoderamento. Relações de gênero.

## Abstract

The objective of this article was to analyze the empowerment process of the women leaders of the Marabá Rural Workers Union (Men and Women). For this research, empowerment was considered as an extension of power, in the economic, personal, social and political dimensions. The research deals with a case study on the Union of Rural Workers (Men and Women) of Marabá, (Pa), with a qualitative approach. The methodology covered bibliographic research, documentary research and field research. The data collection took place through: a) documentary research in the collection from the Union researched and in the collection from the Pastoral Land Commission; b) field research through a non-directive interview with 18 people, being 11 women and 07 men. With the development of the research, we identified that the women of the Union of Rural Workers (Men and Women) of Marabá participated in struggles, and, although they obtain achievements, they were victims of discrimination and domestic violence in the scope and on course of Union militancy. This is a reflection of the procedural character of empowerment, and this process is complex and marked by contradictions, advances and retreats. The fight against domestic violence was one of the most cited indicators of

<sup>1</sup> O artigo é produto da dissertação de mestrado defendida pela autora em 2018 no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará – INEAF/UFPA.

<sup>2</sup> Engenheira agrônoma, especialista em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Extensionista rural - EMATER PARÁ. E-mail: luguerreira.lm@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Socioeconomia do Desenvolvimento pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França (1999), Pós doutor pela Columbia University in New York City (2009). E-mail: gguerra@ufpa.br

empowerment in the realized interviews. The main challenge for the women is to continue fighting, through a permanent agenda to overcome the domestic violence and the discrimination, ensuring that partnership and respect work prevail between the women and men of the Union researched.

**Keywords:** Women. Empowerment. Gender relations.

## Introdução

As relações de gênero ocorrem socialmente, sendo caracterizadas geralmente pela dominação masculina. No meio rural, as relações de gênero são influenciadas por variáveis diversas, dentre as quais a divisão sexual do trabalho e predominância dos homens nas organizações sociais, como os sindicatos de trabalhadores rurais. Cabe às mulheres cuidar do espaço doméstico e dos filhos, deixando a tomada de decisão para o “chefe de família”. Contudo, existem, no Brasil, movimentos de mulheres lutando em busca de sua autonomia, empoderamento e melhoria de qualidade de vida. Em relação ao empoderamento, pode ser compreendido de maneiras diversas, sendo apropriado até mesmo por organizações financeiras como o Banco Mundial (ROMANO; ANTUNES, 2002).

O objetivo do artigo é analisar o processo de empoderamento das mulheres dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá, sendo que o empoderamento é considerado como ampliação do poder, em quatro dimensões – econômica, pessoal, social e política – conforme explicado por Brumer e Anjos (2010):

Na dimensão **econômica**, consideram-se as perspectivas de aumento da renda, da quantidade e qualidade nutricional dos alimentos e da qualidade de vida da família, assim como o controle das mulheres sobre os resultados econômicos de seu trabalho. A dimensão **pessoal** compreende o aumento da autoestima e da autoconfiança. Nas dimensões **social** e **política**, focaliza-se a capacidade das mulheres de mudar e questionar sua submissão em todas as instâncias em que ela se manifesta, assim como a ampliação de sua participação em instâncias de poder (BRUMER; ANJOS, 2010, p. 221, grifo nosso).

Considerando o caráter processual do empoderamento (AMORIM, 2012), sendo esse processo complexo e marcado por contradições (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012), percebe-se que nem todas as mulheres do sindicato pesquisado estão no mesmo nível de empoderamento.

## Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Marabá (Pará), pertencente à mesorregião sudeste paraense, com população estimada de 275.086 pessoas e aproximadamente 15.128 km<sup>2</sup>, mantendo uma densidade demográfica

de 15,4 habitantes por km<sup>2</sup> (IBGE, 2019). A população é predominantemente urbana, com cerca de 80% residindo no espaço urbano. Quanto à divisão por sexo, mantém uma proporção próxima entre homens e mulheres, mas ainda prevalecendo percentual maior para os homens (50,5%). Marabá é um dos centros urbanos mais importantes do Pará, por concentrar boa infraestrutura e sediar a maioria dos órgãos da administração federal e estadual em atividade na região (ASSIS, 2007).

A pesquisa trata de um estudo de caso do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá (PA), com abordagem qualitativa. A delimitação temporal (BRUMER et al, 2008) referiu-se ao período de existência do sindicato em questão, ou seja, desde a sua fundação, ocorrida em 20 de dezembro de 1980 (GUERRA, 2013) até 2017.

Em relação à natureza das fontes, realizou-se pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo (SEVERINO, 2007). Na pesquisa documental, foram analisados registros impressos, tais como documentos elaborados pelo sindicato (convocatórias e atas de reuniões e assembleias do sindicato, pautas de reivindicações, listas de frequências, dentre outros); textos da imprensa escrita do município de Marabá (reportagens sobre o sindicato em questão, especialmente no Jornal Correio do Tocantins); acervo de entidades parceiras na luta sindical rural (especificamente o acervo da Comissão Pastoral da Terra). A pesquisa documental objetivou resgatar fatos históricos relacionados ao sindicato.

Além da pesquisa documental, parte da coleta de dados – comumente citada em termos gerais como “trabalho de campo” (MANN, 1970) – foi realizada através de entrevista não diretiva (MICHELAT, 1987), com a utilização de roteiro de entrevista, papel, caneta e gravador, sendo que os (as) entrevistados (as) assinaram o termo de autorização de uso de imagem e depoimentos. O primeiro trabalho de campo, de caráter exploratório (Campo I), foi realizado em setembro de 2016. O segundo campo ocorreu em maio de 2017. O terceiro campo ocorreu em julho de 2017 e o quarto campo ocorreu em setembro de 2017. Os roteiros serviram de base para as entrevistas, sendo que as mesmas variaram de 24 minutos a 02h04minutos, conforme a disponibilidade de cada entrevistado (a).

No total foram entrevistadas 18 pessoas, sendo 11 mulheres e 07 homens. Foram atribuídos nomes fictícios aos (as) entrevistados (as) para preservação de suas identidades, conforme orientação de Oliveira (2014): “É preciso garantir-lhe que será guardado sigilo quanto às informações e que não haverá identificação do informante na redação final do relatório da pesquisa.” (OLIVEIRA, 2014, p.87). As entrevistas foram analisadas qualitativamente, destacando que devido à singularidade de cada uma, realizou-se o cruzamento das mesmas entre si, através das leituras verticais e horizontais, conforme proposição de Michelat (1987).

Nesse sentido, a análise dos dados coletados permitiu identificar se a participação das mulheres no sindicato especificado representa formas de empoderamento nas dimensões econômica, pessoal, social e política (BRUMER; ANJOS, 2010), bem como nas esferas pública e privada.

## **Mulheres, História e Empoderamento**

Siliprandi (2015), analisando os movimentos de mulheres na atualidade, comenta sobre o conjunto das lutas feministas ao longo da história, que proporcionaram, no final do século XX, o começo da assimilação do feminismo em instituições como universidades, igrejas, governos e partidos políticos, destacando que a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu a Década da Mulher, na primeira Conferência Mundial da Mulher, no México, em 1975. Além disso, legislações foram modificadas, oportunidades foram abertas para que as questões das mulheres se tornassem públicas.

Em relação à luta da mulher por sua emancipação, Toledo (2001) descreve as três grandes ondas ocorridas nos tempos modernos:

A primeira foi no final do século XIX e início do XX, com o movimento sufragista e a luta por outros direitos democráticos. A segunda foi no final dos anos 60 e início dos 70, com os movimentos feministas que visavam, basicamente, a liberação sexual. E a terceira no final dos anos 70 e início dos 80, de caráter, sobretudo, sindical e protagonizada principalmente pela mulher trabalhadora latino-americana (TOLEDO, 2001, p. 75).

Remontando o debate ao fim do século XIX, com o advento da República, Soihet (2013) comenta sobre a mudança significativa nas aspirações das mulheres brasileiras, principalmente em relação ao trabalho remunerado. Mulheres dos segmentos médios e elevados da sociedade passaram a buscá-lo, sendo um dos motivos o processo de industrialização – os produtos consumidos pelas famílias passaram a ser adquiridos no mercado, dando lugar a crescente necessidade de contribuição financeira por parte das mulheres. Além disso, Soihet (2013) aponta que as mulheres buscavam a realização profissional e autossuficiência econômica.

Para Matos e Borelli (2013), uma das maiores transformações dos últimos cem anos foi a presença marcante e evidente das mulheres no mundo do trabalho. Segundo as autoras, alguns confundem “trabalho feminino” com as funções domésticas, os cuidados com a família e a casa; já outros entendem que ele envolve as atividades remuneradas realizadas no próprio domicílio e mesmo a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Siliprandi (2015) frisa que, apesar da situação das mulheres ter melhorado, em termos de direitos civis, em comparação ao início do século XX, ainda persistem desigualdades flagrantes quando se compara com a situação dos homens: “Tanto no que diz respeito às condições estruturais e econômicas, de acesso aos meios físicos para a sua sobrevivência, como com relação à possibilidade de realização de projetos autônomos de vida, por conta da manutenção de padrões de gênero fortemente excludentes” (SILIPRANDI, 2015, p. 47).

Os movimentos das mulheres rurais trazem contribuições significativas ao debate, uma vez que as mobilizações das trabalhadoras rurais elucidam a capacidade das mulheres de vincular as reflexões sobre a vida doméstica às demandas dos movimentos populares. Giuliani (2015) esclarece que durante muito tempo se pensou que seria difícil mobilizar as mulheres trabalhadoras porque se considerava irregular e provisória sua inserção no mercado de trabalho.

As mulheres têm contribuído para a efetivação de algumas transformações importantes, como, por exemplo: a politização do cotidiano doméstico, o fim do isolamento das mulheres no seio da família e a definitiva integração das mulheres nas lutas sociais (GIULIANI, 2015).

No Brasil, a noção de empoderamento é utilizada inicialmente na década de 70 do século XX, com os movimentos sociais e, posteriormente, passa a ser utilizada pelas organizações não governamentais. Desde o final da década de 90 do século XX, ocorreu uma apropriação gradual da abordagem de empoderamento por organizações financeiras multilaterais (como o Banco Mundial) e agências de cooperação, porém, ocasionando um processo de despolitização dessa noção (ROMANO; ANTUNES, 2002).

Para Romano (2002), o empoderamento é visto como estratégia de combate à pobreza, uma vez que a pobreza é considerada um estado de desempoderamento, principalmente quando se analisa grupos mais vulneráveis, como as mulheres, idosos e crianças. Dessa forma, o empoderamento dos pobres e das comunidades viria a ocorrer pela conquista plena dos direitos de cidadania.

De acordo com reflexões de Gohn (2004), a categoria “empowerment” ou empoderamento (traduzida no Brasil) não tem caráter universal, podendo referir-se a ações de impulso a grupos e comunidades na qual se busque a efetiva melhora de suas existências e também pode referir-se a práticas de assistência a populações carentes e excluídas – conduzidas por organizações não governamentais do terceiro setor.

Aprofundando a discussão para o empoderamento da mulher, as autoras Deere e León (2002) consideram-no precondição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres, uma vez que o empoderamento da mulher transforma as relações de gênero. O termo “empoderamento” chama a atenção para a palavra “poder” e o conceito de poder enquanto relação social. Rowlands (1997 apud

DEERE; LEÓN, 2002) diferencia quatro tipos de poder (*poder sobre, poder para, poder com e poder de dentro*):

[...] “poder sobre” representa a estaca zero de um jogo: o aumento no poder de alguém significa uma perda de poder para outra pessoa. Por outro lado, as outras três formas – poder para, poder com e poder de dentro – são todas aditivas: um aumento no poder de uma pessoa aumenta o poder total disponível ou o poder de todos (ROWLANDS, 1997 apud DEERE; LEÓN, 2002, p.53).

Deere e León (2002) enfatizam que o empoderamento da mulher desafia relações familiares patriarcais, pois pode levar ao desempoderamento do homem e, conseqüentemente, leva à perda da posição privilegiada que ele possui.

Estudo conduzido por Amorim (2012) analisou se a participação das mulheres em sindicatos de trabalhadores rurais gera empoderamento para as mesmas no âmbito público e privado. Para tanto, a autora adotou uma perspectiva comparativa, analisando mulheres sindicalizadas e não sindicalizadas. Os resultados obtidos pela pesquisa identificaram que as mulheres sindicalizadas e não sindicalizadas alcançam empoderamento em esferas diferentes. As primeiras apresentaram indicadores de empoderamento na esfera pública enquanto as segundas evidenciaram indicadores relacionados ao empoderamento em âmbito privado (AMORIM, 2012).

Em estudo sobre as características gerais das atividades de mulheres na pesca em diferentes contextos, Maneschy, Siqueira e Álvares (2012) identificaram as seguintes frentes nas quais podem ser contabilizados níveis de empoderamento assumidos por essas mulheres:

Incluem o direito de associação, o acesso a espaços de direção em organizações de pescadores, a busca e as possibilidades de se capacitarem para lidar com a modernização pesqueira e, ao mesmo tempo, contribuir com as lutas locais contra políticas de ocupação de seus territórios e a favor de garantia de acesso aos recursos (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012, p. 731).

Na área da pesca, interpretada genericamente como masculina, há atuação de mulheres como demonstram as autoras citadas anteriormente. No campo do sindicalismo de trabalhadores rurais, a efetiva participação da mulher é minimizada, pouco visível ou negada nas interpretações generalizadas.

Analisando o empoderamento numa perspectiva de gênero, Colling (2004) considera-o como o processo pelo qual as mulheres incrementam sua capacidade de configurar suas próprias vidas:

É uma evolução na conscientização das mulheres sobre si mesmas, sobre sua posição na sociedade. As cotas partidárias, reconhecidas como discriminação positiva, para

corrigir séculos de desigualdade, são reconhecidas como tentativas de empoderamento das mulheres. O empoderamento deve capacitar as mulheres para assumir o poder levando em conta as relações de poder entre homem e mulher, hierarquicamente construídas (COOLING, 2004, p. 06).

Em estudo sobre a socialização de agricultoras no Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), Silva (2008) elenca o empoderamento da mulher como um dos objetivos do referido movimento:

Para as mulheres inseridas no MMNEPA o empoderamento refere-se ao desenvolvimento de potencialidades, ao aumento de informação e ao aprimoramento de percepções, pela troca de ideias, com o objetivo de fortalecer as capacidades, as habilidades e as disposições das mulheres para exercício do poder, compreendido por elas como crescimento intelectual, “empoderamento” que lhes dá condições de atuar em diferentes espaços: em casa, na comunidade religiosa, no sindicato, nos conselhos (SILVA, 2008, p.73).

Segundo Silva (2008), o IV Congresso do MMNEPA, realizado em Nova Timboteua (PA), no período de 20 a 23 de abril de 2006, teve como um dos encaminhamentos escolher como linhas de ação do movimento: Saúde, sexualidade e direitos reprodutivos; A organização e o empoderamento das mulheres; Desenvolvimento econômico popular e solidário; Mulheres e Meio Ambiente; Mulheres e direitos humanos. As referidas linhas de ação orientam os processos de capacitação e demais atividades do movimento. O MMNEPA é uma experiência exitosa, sendo considerada referência na articulação e protagonismo das mulheres do nordeste paraense.

### **Relações de gênero e agricultura familiar**

A existência de uma relação de hierarquia entre os gêneros explica a valorização diferente do trabalho de mulheres e homens, sendo que a base dessa relação está na divisão sexual do trabalho. Nobre (2005) aponta para a necessidade de se entender a dinâmica que envolve a complexidade das relações de gênero, no intuito da superação das desigualdades produzidas e reproduzidas. Deve ser levado em consideração, por exemplo, o seguinte aspecto: “o processo de socialização de gênero desenvolvendo habilidades e capacidades diferentes nos homens e nas mulheres” (NOBRE, 2005, p.44). Segundo essa autora, na área rural, os meninos e meninas estão sempre juntos até por volta dos cinco anos. Após essa idade, as meninas passam a seguir as mães, acompanhando-as nas atividades domésticas e ajudando-as; enquanto isso, os meninos passam a seguir o pai, aprendendo com ele e tendo mais tempo para brincar nas horas de lazer (as meninas têm menos tempo de lazer). Além disso,

os rapazes podem sair mais, são mais independentes enquanto que as moças ficam mais em casa, monitoradas pela família.

Motta-Maués (1993) investigou as mulheres (e homens, implicitamente) de uma comunidade de pescadores – povoação de Itapuá, localizada no município de Vigia (PA) – “examinando as atribuições reconhecidas como próprias a cada uma dessas categorias de pessoas, com base nas diferenças entre os dois sexos” (MOTTA-MAUÉS, 1993, p. 02). De acordo com a autora, a organização do sistema social da comunidade está estruturada no sentido de opor um papel masculino ativo e dominante, a outro passivo e dependente das mulheres.

A atuação principal da mulher, em Itapuá, se resume ao seu desempenho nas tarefas domésticas e agrícolas (seu trabalho nas roças). Nestas, pela própria natureza do trabalho que executa, os cuidados com sua casa, sua família e a produção de alimentos, voltada sempre para o âmbito interno da comunidade, a mulher se enquadra perfeitamente no esquema de atribuições do seu sexo, não surgindo portanto oposições a sua atuação. Nas outras esferas, se ela se conforma ao modelo, e não tenta ultrapassar os limites que lhe são impostos, a situação permanece a mesma. Se, entretanto, se aventura a ir além desses limites, a pressão gerada pelo sistema social surge logo, para mostrar-lhe o lugar que lhe compete (MOTTA-MAUÉS, 1993, p. 208).

Silva, Anjos e Anjos (2016), pesquisando a utilização de quintais produtivos urbanos na melhoria da situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), constataram que as mulheres foram as principais responsáveis pelo manejo destes ambientes e desenvolvimento das atividades analisadas, corroborando outras pesquisas que destacam o protagonismo das mulheres na maioria das experiências com quintais produtivos. Estudo realizado com base nas experiências dos quintais produtivos de quatro agricultoras da região do Sertão do Pajeú (PE) aponta para dificuldades enfrentadas por elas no início de suas experiências com os quintais, dentre as quais, a forte carga de trabalho, como explicado pelos autores (ALEXANDRE et al, 2015):

A sobrecarga de trabalho das mulheres foi uma questão levantada por todas. Elas tinham que assumir sozinhas o trabalho reprodutivo – cuidado da casa e dos filhas/os – e o trabalho solitário em seus quintais e vivenciar os conflitos com os maridos, no que se refere à falta de autonomia, para decidirem suas vidas. Para elas, a situação é causada pela cultura machista existente na sociedade (ALEXANDRE et al, 2015, p. 133).

Em relação à participação das mulheres na tomada de decisão na agricultura familiar, Melo, Cappelin e Castro (2010) avaliam que em assentamentos rurais o poder de decisão das mulheres é bem menor do que sua participação efetiva na produção, em relação ao poder do homem sobre a gestão do lote. Com o intuito de superar barreiras como essa, Dantas e Gomes (2014) demonstram

que as mulheres rurais protagonizaram fortes processos de mobilização e construção de alternativas para a superação das desigualdades de gênero, principalmente através da realização de projetos, no período de 2003 a 2013, em parceria com a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMR/MDA). Os referidos projetos proporcionaram às mulheres resultados como: o despertar das mulheres para sua participação política no âmbito do Programa Territórios da Cidadania; melhoria nos rendimentos e qualificação das políticas públicas.

### **A participação da mulher no sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais**

A expressão “novo sindicalismo” foi utilizada no Brasil para nomear o vigoroso movimento de retomada das lutas e da mobilização social no contexto de ditadura<sup>4</sup>, a emergência de lideranças fortes e de experiências inovadoras que questionaram a tradição sindical anterior e, ainda, a explosão no número de trabalhadores filiados (FAVARETO, 2006). Favareto (2006) situa o novo sindicalismo entre constrangimentos derivados de duas ordens: a evolução na qualidade do conflito social agrário, de um lado, e os arranjos e tensões internos ao campo sindical, de outro. A reforma agrária e a defesa dos direitos trabalhistas tornaram-se as principais bandeiras do sindicalismo rural.

No estado do Pará, as organizações camponesas são resultado de um longo processo de construção, em que inicialmente se confundem e disputam fazendeiros, agricultores e operários agrícolas. A definição de identidades demarcadas pelas diferenças de interesses de classe começou a ocorrer depois da década de 1950, por condições políticas e contradições que vão se definindo ao longo da história que remonta ao início do século XX e, no caso do Pará, continua inacabada (GUERRA, 2009).

Afunilando o debate para o sudeste paraense, estudo feito por Assis (2007) sobre as transformações das entidades de representação dos agricultores familiares e de suas ações no sudeste paraense – no contexto dos anos noventa do século XX – mostrou a capacidade das referidas entidades em “se fazer ouvir e respeitar pelo Estado, gerando impactos significativos no espaço socioeconômico regional” (ASSIS, 2007, p. 207).

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá está inserido em um contexto complexo, marcado por tensões e conflitos rurais. Guerra (2013) enfatiza o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no processo de fundação do sindicato, sendo que houve várias

---

<sup>4</sup> Segundo Codato (2005), “No Brasil, o *regime ditatorial-militar* durou 25 anos, de 1964 a 1989, teve seis governos e sua história pode ser dividida em cinco grandes fases” (CODATO, 2005, p.83).

reuniões em que se discutiu a necessidade da organização para que se conseguissem conquistas frente ao latifúndio e ao grande capital.

O primeiro presidente do sindicato foi João Honorato de Paula, conhecido como João do Cupu, que exerceu mandato no período de 1980 até 1983 (GUERRA, 2013). Com o assassinato do advogado Gabriel Pimenta, João do Cupu abandonou o cargo e apenas a família sabe onde ele se encontra desde essa época. O mandato do atual presidente finda em 2019. Ele foi eleito em 2011 – para mandato de quatro anos – e reeleito em 2015. Desde a sua fundação, o sindicato foi presidido exclusivamente por homens, num total de oito presidentes.

As Comunidades Eclesiais de Base e grupos de mulheres organizados pela Comissão Pastoral da Terra – na década de 1970 do século XX – contribuíram significativamente na história do movimento de mulheres trabalhadoras rurais. Moreira, Maneschy e Álvares (2014) descrevem a origem do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, ocorrida na década de 80 do século XX, momento em que ocorria a abertura democrática e a consolidação do movimento de mulheres e feminista no Brasil. Segundo essas autoras, surgiram à época vários conselhos de direitos, como os conselhos de educação, da mulher, os fóruns e os conselhos de promoção da igualdade racial.

Conforme Esmeraldo (2013) o movimento sindical de trabalhadores rurais tem a função política de instrumentalizar – com informações e lutas – a formação da consciência dessa categoria profissional para acessar direitos. De acordo com discussão anterior, referente à divisão sexual do trabalho presente na agricultura familiar, percebe-se que “a prática e o discurso político no movimento sindical não fogem à regra, pois a entidade apoia-se na reprodução e defesa do gênero masculino como representação da categoria profissional de trabalhador rural” (ESMERALDO, 2013, p.245).

Em relação à discussão sobre participação, Bordenave (2013) considera que: “As pessoas participam em sua família, em sua comunidade, no trabalho, na luta política. Os países participam nos foros internacionais, onde se tomam decisões que afetam os destinos do mundo” (BORDENAVE, 2013, p.11). Esse autor aponta duas bases complementares da participação: base *afetiva* e base *instrumental*, sendo que nem sempre ocorre o equilíbrio entre essas bases.

Existem questões-chave na participação de um grupo ou organização: qual é o grau de controle dos membros sobre as decisões e quão importantes são as decisões de que se pode participar (BORDENAVE, 2013). Quando se trata da participação das mulheres em associações e sindicatos rurais, geralmente elas não participam de cargos de liderança, não aparecem nos espaços públicos, predominantemente masculinos, todavia, as mulheres conseguem exercer outro tipo de poder: “Elas podem ser excluídas da autoridade, embora exerçam todos os tipos de poder informal. Seu status pode ser derivado de suas relações com os homens, embora elas sobrevivam a seus maridos e pais.”

(ROSALDO, 1979, p.48). Como, por exemplo, nas conversas dessas mulheres com seus respectivos companheiros que são lideranças e, conseqüentemente, na maneira que esses diálogos impactam nas decisões deles. Às vezes, as mulheres mandam mais do que os homens, entretanto, isso não aparece publicamente.

Moreira, Maneschky e Álvares (2014) comentam os principais entraves à participação das mulheres nas associações e sindicatos rurais: reconhecimento da atividade de trabalhadora rural; não discriminação do trabalho; dificuldade de conciliação das tarefas domésticas com a presença nos espaços públicos coletivos de decisão; violência doméstica sofrida pelas mulheres e ausência de atendimento às vítimas nas áreas rurais. É comum os maridos elencarem obstáculos, como, por exemplo, *permitir* que as mulheres participem das reuniões apenas depois de concluir as tarefas domésticas ou cuidar dos filhos; além disso, há situações de retaliações sofridas por essas mulheres ao retornarem das reuniões (são vítimas de violência física, são discriminadas publicamente, dentre outras situações). Pesquisa realizada por Paulilo (2009) corrobora essa questão, sendo a repressão sexual e a exposição ao ridículo apontadas como instrumentos eficazes de controle dos homens em relação às mulheres.

Estudo feito por Guerra (2013) sobre sindicalismo rural aponta para destaque especial na participação das mulheres nas decisões que dizem respeito à família e na realização de atividades produtivas, inclusive com o reconhecimento pelos homens da habilidade maior das mulheres em muitas operações, como a colheita do arroz e a produção de farinha. Para Marin (1998), apesar da existência de formas mais ou menos veladas de discriminação das quais as mulheres são vítimas no interior de organizações sindicais, é possível constatar que há uma atualização dos seus programas de atividades, incluindo plataformas de lutas das sindicalistas e das camponesas.

Pesquisa realizada por Farias *et al* (2017) sobre a participação de cinco mulheres camponesas que se constituíram lideranças e dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rondon do Pará assinalou para o rompimento com a cultura dos papéis cristalizados como femininos, possibilitando reformulações das relações e representações de gênero. Farias *et al* (2017) destacam que, desde 2002, com a eleição de Joelma para o cargo de presidência, as mulheres têm se mantido dirigentes do STTR de Rondon do Pará. Joelma é viúva do sindicalista Dezinho, “assassinado pelo latifúndio, em Rondon do Pará no ano de 2000” (FARIAS *et al*, 2017, p. 79). De acordo com as narrativas das cinco mulheres, a palavra “empoderamento” tem sido recorrente, evidenciando categoria operacional e estratégica nos seus discursos de identidade.

No decorrer dos anos, mudanças importantes foram implementadas no Estatuto do STTR de Marabá, sendo que as referidas mudanças ocorreram de “cima para baixo”. A Assembleia de 27 de

novembro de 2009 estabeleceu o acréscimo do termo trabalhadoras rurais ao nome do mesmo, uma vez que o sindicato foi criado Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Além disso, estabeleceu o respeito às cotas de mulheres, jovens e idosos. Em 02 de junho de 2015, houve nova alteração estatutária. A Assembleia aprovou que o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá passaria a ser denominado Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Marabá.

### **As mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá**

Historicamente, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá é conduzido por homens. Há mulheres que se destacaram ou se destacam principalmente na organização dos acampamentos e das associações dos projetos de assentamentos. Todavia, na gestão do sindicato em si, as mulheres não são protagonistas oficiais, conforme se constatou na pesquisa de campo.

Segundo explicações de alguns homens dirigentes, a ausência de mulheres na linha de frente do sindicato se refere a uma estratégia para protegê-las dos conflitos e embates, geralmente violentos e os quais as mulheres não teriam condições de resolver.

Nesse sentido, os cargos ocupados pelas mulheres no STTR de Marabá, no decorrer das gestões – basicamente a partir da década de 1990 do século XX – referem-se à Secretaria de Mulheres, Secretaria de Formação, Secretaria de Juventude Rural, Secretaria de Políticas Sociais, Vice-presidência, suplência da diretoria e conselho fiscal. Como destacado anteriormente, todos os presidentes do sindicato, desde a sua fundação em 1980, são homens. Segundo Pimenta (2013), o processo dinâmico da ação política das mulheres no sindicalismo rural resulta na emergência de identidades coletivas e política num campo de instabilidades e tensões, negando as mulheres como sujeito político, insistindo em silenciá-las.

### ***As mulheres na perspectiva das lideranças sindicais***

Eu acho que a gente tem um trunfo na mão que é o seguinte: agricultura familiar, o que é? Família. Família o que é? Família sem mulher, família sem homem, existe? (...) Então essa é uma carta na manga que nós temos, portanto, se é familiar, por que teria mais homem do que mulher? (Entrevista com João, em 11/07/2017).

Ainda tem aqueles maridos que é meio carrasco, não quer que a mulher vá participar desse negócio. Mas é a questão de ciúme também. Eu vejo dois pontos: um é esse e o segundo ponto é que talvez ainda existe homem que, por exemplo, eu já vi um amigo meu dizer “Rapaz eu não vou para um sindicato, ser diretor de um sindicato para a mulher ser presidente, para eu **ser mandado por mulher**”. Duas coisas que eu vejo de dificuldade é isso aí (Entrevista com Milton, em 23/05/2017, grifo nosso).

As mulheres passaram a participar efetivamente da luta do STTR de Marabá a partir da década de 90 do século XX. Os trechos dos depoimentos dos entrevistados João (2017) e Milton (2017) no início desta seção simbolizam as diferentes visões que as lideranças masculinas possuem sobre a participação das mulheres na luta sindical, sendo que os elementos do segundo depoimento predominam entre as lideranças sindicais.

Para a entrevistada Frida (2017), no movimento sindical de trabalhadores rurais é feito o debate sobre a importância das mulheres estarem à frente dos espaços e discussões, mas isso não tem ocorrido na prática, pelo menos nos últimos dez anos, nem no espaço do sindicato e nem no espaço doméstico das lideranças masculinas (ou seja, os homens discursam a respeito, mas não tratam bem as “companheiras” do sindicato nem suas esposas e demais familiares).

De acordo com as mulheres entrevistadas, o medo é um fator preponderante que as impede de ascender, tanto nos espaços públicos quanto privados. Medo de falar, medo de defender suas ideias, medo de denunciar agressões sofridas, medo de se libertar do passado, medo de evoluir. Além disso, há o medo de ser julgada por sua condição de ser mulher. Diante desse contexto, encontrar alternativas para vencer os diversos tipos de medo é essencial para a conquista do empoderamento nas dimensões pessoal, social, política e econômica.

A entrevistada Tereza (2017) relata a dificuldade em conviver com diretores mais velhos no sindicato, uma vez que era alvo de discriminação e descrença, devido sua pouca idade, à época em que foi diretora do STTR de Marabá, o que caracteriza um conflito entre gerações:

Eu via que eu tinha algum problema porque eu era jovem, na época eu tinha meus vinte anos. Jovem e mulher. Então quem *tava* ali são pessoas muito antigas, que *está* no sindicato há muito tempo. Então os homens de certa forma viam a gente ali com aquele serviço mesmo de escritório. Que a gente tinha que fazer aquele papel do jeito que eles mandaram e tudo mais. Eles não viam a gente, a nossa participação de maneira como se fosse para ajudar também na organização dos trabalhadores (Entrevista com Tereza, em 19/05/2017).

A entrevistada Tereza (2017) destaca que sempre era designada para integrar conselhos municipais ou participar de reuniões que não eram prioritárias para os dirigentes homens: “Então me botavam para ficar em reuniões o tempo todo, reunião que não era de interesse deles, porque saúde e desenvolvimento rural não era interesse deles, então me botavam para depois eu só dizer o que aconteceu” (Entrevista com Tereza, em 19/05/2017). Essa postura demonstra um limite de compreensão política sobre questões fundamentais e que deveriam ser bandeiras relevantes do sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Saúde e desenvolvimento rural atribuídos a

temas que poderiam ser tratados por mulheres induzem a uma reflexão sobre o grau de politização dos dirigentes do sindicato. Por outro lado, esses são temas que se aproveitados pelo engajamento feminino, poderiam tê-las projetado no campo sindical de forma mais efetiva de que se tivessem assumido outras áreas.

Pesquisando o lugar social das mulheres jovens do assentamento Nova Canaã, no município de Quixeramobim, sertão cearense, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e nas políticas públicas, Sales (2010) fornece elementos que sintetizam o desabafo da entrevistada Tereza:

Nos movimentos sociais em que predominam homens, há dificuldades de participação das mulheres e isso se agrava quando elas são jovens. A diferença de gênero e geração no interior dos movimentos define padrões de comportamento, reforça as relações de poder e cristaliza os valores e as hierarquias sociais (SALES, 2010, p. 437).

De forma geral, as mulheres convivem com diversas dificuldades (MOREIRA, MANESCHY E ÁLVARES, 2014) para participar das reuniões, encontros e demais atividades, como, por exemplo, não ter a permissão do marido ou não ter com quem deixar os filhos – para sair do lote e se deslocar à sede do município ou viajar para outros municípios. Quando ocorre do marido autorizar, apenas depois do término das atividades domésticas, o que é um indicador do grau de dominação ao qual a mulher trabalhadora rural está submetida no plano da política. Contudo, é possível encontrar mulheres casadas que conseguiram convencer os maridos da importância de sua militância política e sindical. Ademais, para participar da militância, há situações em que as mulheres tiram proveito dos arranjos familiares, deixando os filhos com determinados grupos de mulheres ou até mesmo com os homens mais abertos à participação das esposas.

Estudo realizado por Antunes (2015) sobre o processo de organização para a gestão do território quilombola de Conceição das Crioulas, no sertão pernambucano, abordou a forma como a violência adentra as narrativas de luta e conquista das mulheres da comunidade. A violência contra a mulher assume centralidade nos discursos. Vale destacar descrição de um episódio vivenciado pela autora, durante evento que tratava das mulheres na luta quilombola. Cinco lideranças mulheres (de diferentes quilombos) foram chamadas para a mesa e explanaram suas ideias:

Ficou claro nas falas que foram as mulheres quem primeiro se envolveram na luta e, também, foi notória a importância das lideranças mulheres nos cinco quilombos. (...) Durante a fala de uma liderança mulher mais jovem de um dos quilombos, as lideranças homens mais jovens que estavam sentadas perto de mim começaram a falar: (...) “essa é fala de militante, discurso pronto, não tem a ver com nossa realidade” (...) “tem mulher aí falando sobre violência e apanhando em casa, como

pode falar às outras sobre esse tema se não resolveu o problema na casa dela” (ANTUNES, 2015, p. 88-89).

A desqualificação feita pelos homens em relação às lideranças mulheres que são alvos de violência se confunde com a contradição vivida por essas mesmas mulheres, que oscilam entre ajudar publicamente a discutir e superar a violência doméstica, mas que optam em ocultar suas próprias dores, guiadas talvez por medo ou por vergonha.

Retomando o debate sobre o STTR de Marabá, em relação ao processo de organização das reuniões e atividades coordenadas pela Secretaria de Mulheres, em gestões passadas – uma vez que na gestão atual as atividades da Secretaria de Mulheres estão paradas – a presença era majoritariamente feminina. Os homens participavam dos encontros basicamente no momento da abertura depois se retiravam para outros compromissos. No período de 1997 a 2003 a Secretaria de Mulheres do sindicato promoveu diversos cursos de capacitação sobre autonomia da mulher, participação da mulher na política, dentre outros temas. Foram momentos importantes que fortaleceram a autoestima dessas mulheres, elevando o nível de empoderamento das mesmas.

O fortalecimento da autoestima das mulheres motivou-as a retomar os estudos, seja através de cursos do ensino superior ou cursos referentes ao ensino médio, proporcionando a elas alcançar níveis de consciência mais elevados. Ademais, a formação na Educação do Campo – o Campus de Marabá da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará oferta o curso de Licenciatura em Educação do Campo – é um elemento importante que traz determinados subsídios que também colaboram no empoderamento dessas mulheres que são, em grande parte, professoras.

Para Sen (2000), a educação e a alfabetização das mulheres tendem a diminuir as taxas de mortalidade das crianças, em virtude “da importância que normalmente as mães dão ao bem-estar dos filhos e da oportunidade que têm – quando sua condição de agente é respeitada e fortalecida – de influenciar as decisões familiares nessa direção” (SEN, 2000, p. 227). Ademais, Sen (2000) considera que “a instrução da mulher reforça sua condição de agente e tende a torná-la mais bem informada e qualificada” (SEN, 2000, p. 223).

Resgatando a fala inicial do entrevistado Milton (2017) nessa seção a respeito dos homens que não admitem serem *mandados* por mulheres, trata-se de postura recorrente em demais sindicatos – inclusive de outras categorias – ou seja, não é uma atitude isolada do STTR de Marabá, conforme é possível comprovar através do depoimento da entrevistada Dandara (2017):

No movimento sindical hoje eu avalio numa dimensão mais macro porque hoje eu estou no Estado, mas nós ainda temos muitos problemas tanto de discriminação, dessa questão do homem achar que ele é mandado por mulher. Outro dia o companheiro falou aqui na Fetagri “Eu vou vender essa mulher, ela manda muito,

fala muito” Sabe? Os homens ainda resistem ao comando da mulher. Eles se sentem diminuídos quando uma mulher determina algumas coisas. E eu te garanto uma coisa: para a gente ocupar determinados espaços você tem que estar munida de conhecimento, se não você é engolida (Entrevista com Dandara, em 01/09/2017).

A expressão “ser mandado por mulher” vem com toda a carga de machismo que um posicionamento dessa natureza encerra, podendo talvez materializar um comportamento generalizado, um espelho da sociedade. Nesse sentido, novos investimentos são indicados para se compreender como o STTR de Marabá consegue se sustentar com a hegemonia masculina se reproduzindo há décadas em suas diretorias.

### *As mulheres do sindicato construindo o empoderamento*

A primeira conquista das mulheres do sindicato foi o direito de poder se sindicalizar. Quando o sindicato foi criado – e nos anos seguintes – elas eram dependentes dos maridos. Na região sudeste paraense, essa discussão aconteceu em quatro municípios: Marabá, São João do Araguaia, Itupiranga e Jacundá. Muitas mulheres se tornaram delegadas sindicais, desenvolvendo papel fundamental na organização das ocupações e também dos acampamentos realizados na sede da SR-27 do INCRA, em Marabá. O entrevistado Saulo (2017) detalha esse papel:

Então nessas conquistas do processo da luta pela terra, do processo de infraestrutura, do processo da luta da questão previdenciária, da educação, de toda a estrutura do movimento, a mulher foi muito importante. Dentro desse processo, dentro dessa luta, a gente reconhece e defende que foi um trabalho de luta e de garra que a gente tem que respeitar e cada vez mais ceder espaço para que [a mulher] possa se engajar e possa ser reconhecida (Entrevista com Saulo, em 24/05/2017).

Em relação à saúde da mulher, as mulheres apresentavam suas reivindicações em reuniões com a Secretaria Municipal de Saúde, nas marchas de Oito de Março, dentre outros espaços. As principais conquistas referem-se à prioridade de atendimento das mulheres da zona rural nos postos municipais de saúde; utilização das unidades de saúde móveis nas vilas rurais<sup>5</sup> e a criação do CRISMU – Centro de Referência Integrado à Saúde da Mulher. Segundo a entrevistada Simone (2017), o CRISMU foi criado em virtude das reivindicações do movimento de mulheres, que contou com o apoio de vereadores e outras lideranças políticas. Considerou-se o envolvimento das mulheres nessas conquistas como indicador de empoderamento social<sup>6</sup> no âmbito público.

---

<sup>5</sup> As unidades de saúde móveis são ônibus adaptados com consultórios médicos e odontológicos para atender os moradores da zona rural da cidade.

<sup>6</sup> “A capacidade das mulheres de mudar e questionar sua submissão em todas as instâncias em que ela se manifesta” (BRUMER; ANJOS, 2010, p. 221).

A conquista mais recente das mulheres refere-se à paridade de gênero, implementada no 12º Congresso Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais da CONTAG (CNTTR), em Brasília, em março de 2017. A paridade de gênero garante que a CONTAG terá em sua direção 50% de homens e 50% de mulheres. Portanto, a partir das próximas eleições sindicais (no caso do STTR de Marabá será em 2019), a paridade de gênero será cumprida. A paridade de gênero é um passo importante para construir políticas que alterem as condições de participação política e sindical das mulheres, consolidando um sindicalismo com liberdade e autonomia.

Retomando o debate sobre as dimensões do empoderamento, é necessário problematizar sobre discriminação e violência doméstica, questões recorrentes entre as mulheres entrevistadas. Considerou-se como indicador do empoderamento pessoal<sup>7</sup> no âmbito público a existência ou não de discriminação e no âmbito privado a existência ou não de violência doméstica. A discriminação foi vivenciada por todas as mulheres entrevistadas – dirigentes do sindicato bem como as demais mulheres não dirigentes – enquanto que algumas foram vítimas de violência doméstica. Após terem sido submetidas a constrangimentos de toda ordem, conseguiram superá-los.

Prado e Sanematsu (2017) alertam sobre as elevadas estatísticas de violências cotidianas praticadas contra as mulheres no Brasil, ocupante do quinto lugar – destaque desumano no cenário mundial – entre os países com maior taxa de homicídios de mulheres: “Apesar de graves, esses dados podem ainda representar apenas uma parte da realidade, já que uma parcela considerável dos crimes não chega a ser denunciada ou registrada” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p.33). Quando se trata da violência contra as mulheres rurais, a tendência é que elas sofram em silêncio, uma vez que o isolamento geográfico dificulta a denúncia formal ou a busca de outras formas de auxílio.

Ao se pensar a violência contra as mulheres rurais, pode-se refletir sobre a sua sobreposição e potencialização em contextos adversos e de exclusão. O distanciamento dos recursos coletivos de atenção social e de proteção soma-se às grandes distâncias geográficas dos centros urbanos, onde se encontram tais recursos, favorecem a invisibilidade e o não enfrentamento dessas situações (COSTA; LOPES, 2012, p.1089).

Em relação à dimensão econômica<sup>8</sup> do empoderamento, a importância da renda é um dos indicadores. Para Sen (2000): “trabalhar fora de casa e auferir uma renda independente tende a produzir um impacto claro sobre a melhora da posição social da mulher em sua casa e na sociedade” (SEN, 2000, p. 223). Ainda segundo esse autor:

---

<sup>7</sup> “Compreende o aumento da auto-estima e da autoconfiança” (BRUMER; ANJOS, 2010, p. 221).

<sup>8</sup> “Perspectivas de aumento da renda, da quantidade e qualidade nutricional dos alimentos e da qualidade de vida da família, assim como o controle das mulheres sobre os resultados econômicos de seu trabalho” (BRUMER; ANJOS, 2010, p. 221).

A liberdade para procurar e ter emprego fora de casa pode contribuir para reduzir a privação relativa – e absoluta – das mulheres. A liberdade em uma área (de poder trabalhar fora de casa) parece contribuir para aumentar a liberdade em outras (mais liberdade para não sofrer fome, doença e privação relativa) (SEN, 2000, p. 226).

No caso das mulheres participantes dessa pesquisa, trabalhadoras rurais dirigentes do sindicato, a renda rural é estabelecida pelas atividades agrícolas e não-agrícolas. Sendo que no período em que elas estavam ocupando cargos de direção, havia (ou não) o repasse de ajuda de custo. Conforme o que foi possível extrair da coleta dos dados, as mulheres entrevistadas constituem suas rendas através das atividades agrícolas (criação de gado, de peixe, aves; roça; fruticultura; horticultura) e não-agrícolas (aposentadoria, trabalhos temporários na cidade e como ACS – Agente Comunitário de Saúde).

Em relação à dimensão política<sup>9</sup> do empoderamento, o indicador de ampliação de participação das mulheres em instâncias de poder pode ser considerado negativo. Apesar de que, como citado na introdução, o empoderamento apresenta caráter processual (AMORIM, 2012), sendo esse processo complexo e marcado por contradições (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012).

Os principais indicadores de empoderamento analisados foram: envolvimento das mulheres nas conquistas do sindicato (dimensão social, âmbito público); renda (dimensão econômica, âmbito privado); ampliação da participação das mulheres nas instâncias de poder (dimensão política, âmbito público); existência ou não de discriminação (dimensão pessoal, âmbito público) e existência ou não de violência doméstica (dimensão pessoal, âmbito privado).

## Conclusões

Objetivou-se com esse artigo analisar o processo de empoderamento das mulheres dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá. Com o desenvolvimento da pesquisa, identificou-se que as mulheres do STTR de Marabá participaram de lutas variadas e obtiveram determinadas conquistas, mas também foram vítimas de discriminação/machismo e violência doméstica no decorrer da militância sindical. As conquistas – classificadas como indicadores de empoderamento nas dimensões política e social – se referem ao acesso à sindicalização; às mulheres que se destacaram como lideranças na organização dos acampamentos e das associações dos projetos de assentamentos; conquistas específicas relacionadas à saúde da

---

<sup>9</sup> Ampliação da participação em instâncias de poder (BRUMER; ANJOS, 2010, p. 221).

mulher, como prioridade de atendimento das mulheres da zona rural nos postos municipais de saúde; utilização das unidades de saúde móveis nas vilas rurais e apoio à criação do CRISMU – Centro de Referência Integrado à Saúde da Mulher. A conquista mais recente das mulheres refere-se à paridade de gênero. Esse indicador de empoderamento na dimensão política provavelmente influenciará nas outras dimensões, considerando que, com mais mulheres nas instâncias de poder do sindicato, as demandas feministas geralmente reprimidas estarão em pauta com mais frequência e visibilidade.

A partir das entrevistas realizadas com as mulheres, concluiu-se que as relações de poder são caracterizadas por conflitos e tensões, em virtude da dominação masculina nas instâncias de decisão do sindicato. Todavia, as mulheres conseguem construir o empoderamento nas dimensões analisadas, numa mescla de avanços e recuos, através de enfrentamentos com os dirigentes homens. Esses enfrentamentos são agravados quando se acrescenta a questão geracional, por definir padrões de comportamento, cristalizando as hierarquias sociais. Na visão das mulheres, o empoderamento ocorre através de várias formas, como quando as mulheres possuem autonomia financeira (renda própria), poder de decisão pessoal, autoestima elevada, poder de decisão enquanto dirigente do sindicato, quando as mulheres conseguem vencer a discriminação/machismo, quando participam ativamente da política, de cursos de formação e eventos como marchas, passeatas, entre outros.

A partir das entrevistas realizadas com os homens, concluiu-se que predomina o discurso de que os homens estão na linha de frente como forma de “proteger” as mulheres dos embates. Entretanto, foi possível identificar homens dirigentes sensíveis à participação das mulheres como protagonistas. Na visão dos homens do sindicato, as mulheres constroem o empoderamento através da participação delas no processo de luta pela terra (organização dos acampamentos e assentamentos); da participação em cursos de formação que permitem conhecer os seus direitos; na implantação da política de cotas de 30% para as mulheres e posteriormente na conquista da paridade de gênero, cuja demonstração maior foi a eleição da primeira mulher para presidência da FETAGRI.

O sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais é uma prática política que favorece o avanço da consciência profissional, mas igualmente de posicionamentos existenciais coerentes com a cidadania nas formas e conteúdos da modernidade. A pressão externa, seja no âmbito da militância sindical no nível nacional, seja na propagação dos direitos das mulheres nas mídias, são fatores que influem positivamente na ampliação das conquistas das mulheres no STTR, em que pese a permanência significativa de posicionamentos conservadores e anacrônicos.

A violência doméstica foi um dos indicadores mais citados nas entrevistas realizadas, em todas as suas formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, tornando-se um indicador de

desempoderamento. O aumento da denúncia e o combate à violência contra a mulher é revelador da importância do debate e da promoção de eventos que trabalhem com essa temática.

No espaço da militância sindical, em que pesem todos os seus limites e condicionantes em ambientes dominados por homens como o do STTR de Marabá, há um favorecimento ao debate sobre a igualdade de gêneros e circulam informações e estímulos nas atividades de formação, que levam a um reposicionamento das mulheres no campo da política profissional. Resta saber se esse reposicionamento surge da própria base ou se é fruto de encaminhamentos de reuniões de âmbito federal e/ou estadual em que esses temas são tratados para serem trabalhados na base.

O principal desafio das mulheres é continuar lutando, através de uma agenda permanente, para superar a violência doméstica e a discriminação, garantindo que prevaleça um trabalho de parceria e respeito entre as mulheres e homens do sindicato pesquisado.

## Referências

ALEXANDRE, S. R.; FERREIRA, S. M. V.; SILVA, T.F. da; NASCIMENTO, T. A. L. do. Os quintais produtivos e as mulheres: espaços de construção de autonomia e transição agroecológica. In: Alzira J. de S. Medeiros, Ana Dubeux, Maria Virginia de A. Aguiar (Org.). **Agroecologia na convivência com o semi-árido: experiências vividas, sentidas e aprendidas**. Recife: Ed. dos Organizadores, 2015. p. 123-141.

AMORIM, E. O. **A filiação sindical rural da mulher: fator de empoderamento?** Viçosa: UFV, 2012. (Dissertação de Mestrado).

ANTUNES, M. Violências que poluem, violências que legitimam: jogos de sombra e luz na gestão das narrativas de lideranças mulheres em processos de luta por territórios e recursos naturais. In: Viviane de Oliveira Barbosa, Aldina da Silva Melo (Org.). **Mulheres rurais e violência – Algumas abordagens**. São Luís: EDUFMA, 2015. p. 69-100.

ASSIS, W. S. de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. Rio de Janeiro, RJ: UFRRJ, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007. (Tese de Doutorado).

BORDENAVE, J. E. D. **O Que é Participação**. 6ª reimp. da 8ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos, nº 95).

BRUMER, A. ANJOS, G. dos. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar (Org.). **Mulheres na reforma agrária – a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2010. p. (Nead Debate; 14). p. 217-240.

BRUMER, A.; ROSENFELD, C. L.; HOLZMANN, L.; SANTOS, T. S. dos. A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. In: GUAZZELLI, C. A.; PINTO, C. R. J. B. (Org.). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 125-147.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**. (25): 83-106. 2005, novembro: Data de consulta: 26 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23802508>.

COLLING, A. M. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista**. Número 10. Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. 2004. Disponível em <http://wp.ufpel.edu.br/ndh/hr-numero-10/>.

DANTAS, I.; GOMES, S. Participação, acesso à renda e qualificação de políticas para superar desigualdades entre mulheres e homens. In: Andréa Butto, Nalu Faria, Karla Hora, Conceição Dantas, Miriam Nobre (Org.). **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. p.114-123.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

ESMERALDO, G. G. S. L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p.237-256.

FARIAS, K. V. de S.; SILVA, I. S. da.; POSSAS, H. de M. Gênero e participação na perspectiva de mulheres dirigentes do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no sudeste do Pará. In: Idelma Santiago da Silva et al (Org.). **Mulheres em perspectiva: trajetórias, saberes e resistências na Amazônia Oriental**. 1ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2017. p. 71-107.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, Out. 2006. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092006000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000300002&lng=en&nrm=iso). Acesso em 04 de março de 2017.

GIULANI, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. Espaço feminino no mercado produtivo. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2015. 640-668p.

GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v.13, n.2, p.20-31, maio-ago 2004.

GUERRA, G. A. D. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste do Pará**. 2ed. Belém: Paka-Tatu, 2013. 139p.

GUERRA, G. A. D. Organizações rurais e camponesas no Estado do Pará. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 117-137.

IBGE. Cidades@ Pará, Marabá. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/maraba.html>? Acesso em 26.03.2019.

MANESCHY, M. C.; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 20 (3): 384, setembro-dezembro/2012.

MANN, P. H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar. 1970.

MARIN, R. E. A. Perfil de mulher camponesa no sudeste do Pará. **Papers do NAEA** N° 108. Belém: NAEA/UFPA, 1998. 15p.

MATOS, M. I.; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. 126-147p.

MELO, H. P. de; CAPPELIN, P.; CASTRO, E. G. de. Agricultura familiar nos assentamentos rurais: nas relações entre as mulheres e os homens – O caso do Pontal de Paranapanema. In: Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar (Org.). **Mulheres na reforma agrária – a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2010. p. (Nead Debate; 14). p. 81-151.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5ª ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

MOREIRA, C. C. S.; MANESCHY, M. C. A.; ÁLVARES, M. L. M. “**Chega de ser rabo e vamos ser cabeça**”: identificando entraves e estratégias de participação sociopolítica das mulheres rurais. 18º REDOR: UFRPE. 2014. 2130-2144p.

MOTTA-MAUÉS, M. A. “**Trabalhadeiras**” e “**Camarados**”: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA. 1993. 228 p.

NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, M.; FARIA, N.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Feminismo e Lutas das Mulheres**: análise e debates. São Paulo. SOF, 2005. 39-50p.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 6 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PAULILO, M. I. S. Movimento das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 179-201.

PIMENTA, S. D. C. Participação, Poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Anais...** Florianópolis, v.1. 2013.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Org.), **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia. 2009. p. 116-149.

PRADO, D.; SANEMATSU, M. Feminicídio: #InvisibilidadeMata. In: Débora Prado, Marisa Sanematsu (Org.). **As taxas brasileiras são alarmantes**. Fundação Rosa Luxemburg. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

ROMANO, J. O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. In: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 09-20.

ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. In: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 05-08.

ROSALDO, M. Z. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 33-64.

ROWLANDS, J. Questioning Empowerment. Oxford: OXFAM, 1997.

SALES, C. de M. V. Mulheres jovens rurais: marcando seus espaços. In: Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes (orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 423-448.

SEN, A. K. A condição de agente das mulheres e a mudança social. In: **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 220-235.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. / Emma Siliprandi. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 352 p.

SILVA, A. C. G. F.; ANJOS, M. C. R.; ANJOS, A. Quintais produtivos: para além do acesso à alimentação saudável, um espaço de resgate do ser. In: **Guaju**, Matinhos, v.2, n.1, p.77-101, jan/jun. 2016.

SILVA, M. E. P. da. **Socialização de agricultoras no movimento de mulheres do Nordeste Paraense**. Belém, PA: UFPA. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural: Embrapa Amazônia Oriental, 2008 (Dissertação de Mestrado).

SOIHET, R. A conquista do espaço público. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. 218-237p.

TOLEDO, C. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Editora Xamã, 2001.

Artigo recebido em 28/03/2019. Aceito para publicação em 27/05/2019.